

Jornal da Tarde

4/6/1984

Anarquia produtiva

Se esses colonos do Cinturão Verde resolverem declarar tudo o que produzem, simplesmente abandonarão a terra e perderão o destino. Hoje eles só pedem uma fiscalização justa.

No meio desses sete mil hectares de área cultivada se movem cinco mil homens, mulheres e crianças num trabalho intenso e totalmente intuitivo. Essa enorme área envolve os Municípios de Suzano, Mogi das Cruzes, Salesópolis, Biritiba Mirim, Guararema... arredores de São Paulo, mais conhecidos como Cinturão Verde. É uma paisagem de nisseis, agriões, alfaces, chicóreas e pimentões, ao lado de pêssegos, nêspers, caquis, flores, ovos... uma produção estimada (1983) em 284 milhões de toneladas de legumes e frutas, 639 milhões de ovos e 240 milhões de rosas, dos quais 40% do total oficialmente não existe.

E não poderia ser de outra forma. E o quase inacreditável é que essas pessoas humildes, na maioria descendentes de japoneses, não possuem a menor noção de planejamento de produção. Por intuição, unicamente por intuição (de ouvir falas, da experiência do ano passado, do movimento das feiras e todas essas variantes nebulosas), eles resolvem que vão tirar uma safra de mamões, de pepinos ou de alfaces. Apesar dessa anarquia produtiva, desse caos, os colonos ganhavam dinheiro, num volume proporcional ao investimento de 14 horas no campo, tendo como única diversão neste mundo um programa de televisão: a previsão do tempo do Canal 2, TV Cultura. Até que o governo se meteu na vida deles.

Isso significa: declaração na cédula G do Imposto de Renda, Funrural, Imposto do Incra e até taxas de conservação de estradas.

Em Mogi das Cruzes, centro nervoso desse parque produtivo, dois homens defendem radicalmente os agricultores: Junji Abe, produtor, presidente do Sindicato Rural de Mogi; e o engenheiro agrônomo Edson Consolmagno, aposentado pela Secretaria da Agricultura do Estado, e um insuspeito conhecedor dos problemas da região.

— Se o agricultor, hoje, for declarar tudo aquilo que produz, ele irá naufragar. É uma questão de sobrevivência, diz Junji Abe.

— A taxa do Funrural é de 2,5% sobre o produto rural. Então, se os agricultores vendem uma unidade qualquer na Ceagesp a mil cruzeiros, teriam de recolher 25 pra o Funrural. Claro que ele não vai importar se com o subfaturamento, que a nota fiscal de compra saia por Cr\$ 500. Ele estará ganhando metade com o que deixa de recolher para o Estado, explica o dr. Edson.

Na verdade, ninguém está muito preocupado com notas fiscais. Nem com a declaração de produtor rural, que cada agricultor tem de fazer anualmente. A declaração, teoricamente, viria em benefício dele mesmo, como no caso da assistência médico-hospitalar. O agricultor simplesmente não sonha com o atendimento médico do governo. Ele quer recolher menos para poder investir. E agora, com as saídas que o próprio governo estadual deu, como os mecanismos de venda direta ao consumidor — varejões, mercadões —, até o feirante se camufla de produtor para evitar as notas fiscais. Os mercadões só existem próximos às grandes cidades, e o Cinturão inteiro aproveita.

Uma futura aposentadoria, outra vantagem teórica que o governo dá ao produtor rural, também não entra nas preocupações do agricultor. Ora, se com seu trabalho ele pode adquirir assistência médica particular, se ele pode guardar alguma coisa para a velhice, que importância teria as vantagens do Estado?

— Mas não é só por isso — esclarece Junji Abe. — O produtor declararia tudo, se lhe fosse possível. Mas é que nós estamos tão questão de sobrevivência, de lançar mão descapitalizados que teremos, por uma desses subterfúgios.

Dupla tributação

A violência do Estado sobre o produtor está contribuindo para que a avicultura desapareça do Cinturão Verde. A avicultura já estava mal. Há quatro anos a região produzia cinco milhões de aves. Aos poucos, os produtores foram sendo apertados pelas altas constantes dos preços das rações e dos remédios. O milho aumentou, insuportavelmente, e o milho constitui 60% da ração das aves. Estados produtores de milho, como Goiás, passaram a conceder favores aos avicultores: além de crédito fácil, o avicultor tinha ração à porta, sem nenhum gasto de combustível. Os avicultores do Cinturão foram-se mudando sobretudo para Goiás. Resultado: uma superprodução de aves e ovos, mas sem um mercado consumidor equivalente. As grandes empresas, como a Cooperativa Agrícola de Cotia, compraram a produção e estocaram. E, na entressafra, o preço manteve-se estável. Pior para os produtores.

Com incentivo, mas sem lucro, os avicultores ainda tiveram de suportar, há nove meses, uma taxa de ICM sobre a produção, em São Paulo. Ou seja: já não tinham muito lucro, e do pouco que tinham tiveram de deduzir 17%. O que poderia ser um incidente desagradável na comercialização (a estabilização dos preços), transformou-se numa sobrecarga insuportável com a violência do Estado, com o seu ICM. Os avicultores reagiram: “Mas como, pagar ICM? Já pagamos ICM na ração que compramos... Estamos sendo taxados duplamente...” Claro, o Estado não se sensibilizou com o argumento.

E a chuva de pedras?

Segundo Junji Abe, o presidente do Sindicato Rural de Mogi, corre uma amarga piada entre os próprios agricultores: que se eles soubessem fazer contas, abandonariam as terras. Melhor vender tudo e aplicar em papéis. Mas não houve uma ajuda do governo, por meio de um programa de financiamento de emergência, por causa das enchentes de 1983?

Junji Abe ri:

— O governo realmente criou um programa emergencial por causa daquelas enchentes. As enchentes dizimaram a produção de hortaliças nesta região. E o governo pediu aos agricultores um cálculo de custo. O setor de produção do sindicato calculou que, para produzir alface, seria necessário Cr\$ 1 milhão e 494 mil por hectare. Era um cálculo correto. O governo ofereceu Cr\$ 890 mil. Baseado em quê? Na produção de centros experimentais do próprio governo. Só que entre uma estação experimental e a produção rotineira há uma diferença muito grande.

Para os agricultores do Cinturão Verde o governo poderia ajudar não emprestando dinheiro, mas revendo simplesmente a legislação tributária. Eles não gostam, inclusive, de usar financiamento do governo, a não ser numa situação-limite, como essa do começo de 1983. E, para equilibrar um custo de produção real de Cr\$ 1 milhão e 494 mil com o experimental de Cr\$ 890 mil, a única saída do agricultor é sonegar.

— Mesmo porque, diz o técnico Edson Consolmagno, as estações experimentais do governo não levam em conta certos dados de realidade óbvios como, por exemplo, uma chuva de pedras. Eu planto a alface com financiamento emergencial, aí cai uma chuva e acaba com a minha alface. O que eu vou receber com o que restar é simplesmente o que tomei emprestado — porque é obrigado — do governo. Toda essa accidentalidade que o governo não leva em conta estimula os produtores a não recolherem exatamente aquilo que produzem. Sem a reconsideração dos custos, o governo jamais conseguirá evitar a sonegação.

Nem existe fiscalização

Haveria uma outra forma de o governo ajudar: levantar estatisticamente as possibilidades de consumo. Mas, no caso dos hortifrutigranjeiros não há estatística. E, na última safra, a beterraba deu bom preço, muitos produtores vão plantar beterraba, estimulados pelo último preço. Que acontece? Uma superprodução, e o preço vai lá embaixo. Todo o trabalho é empírico.

— Se o governo gasta tanto em obras gigantescas, diz Junji Abe, por que não investir um pouco em estatística de consumo? Auxiliaria o produtor e o consumidor, até o próprio governo. Com uma harmonização entre produção e consumo, cai o estímulo à sonegação, ou a obrigação de sobreviver. Mas a impressão que nós temos é a de que o governo realmente não se importa nem com a própria fiscalização. Veja bem: uma maneira de levantar dados estatísticos era simplesmente manter postos de fiscalização nas estradas que dão acesso ao Cinturão Verde. Nem isso, que seria aparentemente contra o produtor, na atual situação existe. Nem fiscalização existe.

Em resumo: os produtores gostariam até de pagar impostos justos. Mas se o governo modificasse o Funrural (pago somente pelo produtor) e o tornasse semelhante ao Inamps (em que o produtor e seus empregado pagam), se houvesse um imposto único na saída dos produtos, e estatística. Se isso não ocorrer — e é claro que não vai ocorrer — todos continuarão saindo prejudicados, especialmente o governo. Porque é impossível acabar com a sonegação de produtos perecíveis, como os hortifrutigranjeiros. Só existe uma saída para resolver o problema: vontade política.

(Página 18)